



PREFEITURA DE
FORMOSA

Interessado: 53588 - ADIF ASSOCIACAO DOS DISTRIBUIDORES DE INSUMOS AGRICOLAS DE
CPT/CNPJ: 05.131.062/0001-56
Assunto: ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
Observação: REQUER INCLUSÃO DE UTILIDADE PÚBLICA.

PODER EXECUTIVO

Seção de Protocolo

Processo: 0000037869/2022

Valor: R\$ 0,00
Documento:
Autuado por: ROBERTO.SOUZA

Data Doc:
Autuação: 10/11/2022 08:50
Id: 928938



A/C Natulino

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA
Secretaria de Finanças
Superintendência de Fiscalização Tributária

Requerimento
Inclusão de Utilidade Pública

Nome / Razão Social: ADIF ASSOCIAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES DE INSUMOS AGRICOLAS DE FORMOSA GOAIS.

CNPJ / CPF: 05.131.062/0001-56

Telefone: (61) 3631-2315.

Atividade Principal: - Atividade de organizações associativas patronais e empresariais.

Endereço Comercial: ROD BR 020, VIA SECUNDARIA 4, S/N, KM 06, LOTE 42, DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE FORMOSA. CEP 73.801-010.

E-mail: contabilcampolina@hotmail.com

Contador: VAMBERTO ANTONIO DE OLIVEIRA

Relação de documentos apresentados:

- Cópia do contrato social ou última alteração contratual;
- Cartão do CNPJ;
- CPF dos sócios;
- Identidade do sócio;

Formosa-GO, 09 de novembro de 2022.

ADIF ASSOCIACAO DOS
DISTRIBUIDORES DE
INSUMOS
AGR:05131062000156

Assinado de forma digital por ADIF ASSOCIACAO DOS
DISTRIBUIDORES DE INSUMOS AGR:05131062000156
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=GO, ln=Formosa, ou=AC,
SOLUTI Multipla v5, ou=05405987000148,
ou=Presencial, ou=Certificado PJ A1, cn=ADIF
ASSOCIACAO DOS DISTRIBUIDORES DE INSUMOS
AGR:05131062000156
Dados: 2022.11.09 15:37:06 -03'00'

EDUARDO BRITO BARON
CPF: 027.167.871-23
Assinatura / CPF



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.131.062/0001-56 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 05/06/2002
NOME EMPRESARIAL ADIF ASSOCIACAO DOS DISTRIBUIDORES DE INSUMOS AGRICOLAS DE FORMOSA GOIAS				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.11-1-00 - Atividades de organizações associativas patronais e empresariais				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada				
LOGRADOURO ROD BR 020, VIA SECUNDARIA 4		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 06 LOTE 42	
CEP 73.801-010	BAIRRO/DISTRITO DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE FORMOSA	MUNICÍPIO FORMOSA		UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO ADIF.UREFORMOSA@GMAIL.COM		TELEFONE (61) 3631-2315		
ENTÉ FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 22/02/2022 às 17:15:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VALID



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL

1735465683

NOME
EDUARDO BRITO BARON



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
4142032 DGPC GO

CPF
027.167.871-23

DATA NASCIMENTO
12/05/1990

FILIAÇÃO
VILSON BARON

DILMA APARECIDA BRITO
BARON

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

D

Nº REGISTRO
04399279788

VALIDADE
14/11/2023

1ª HABILITAÇÃO
07/07/2008

OBSERVAÇÕES

A

Eduardo Brito Baron

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
GOIANIA, GO

DATA EMISSÃO
19/11/2018

Flávio Murilo G. Protes de Oliveira - Presidente do DETRAN-GO

ASSINATURA DO EMISSOR

40262448184
GO132942054

GOIÁS

PROIBIDO PLASTIFICAR

1735465683

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	05.131.062/0001-56
NOME EMPRESARIAL:	ADIF ASSOCIACAO DOS DISTRIBUIDORES DE INSUMOS AGRICOLAS DE FORMOSA GOIAS
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	EDUARDO BRITO BARON
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 22/02/2022 às 17:16 (data e hora de Brasília).

1ª ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ADIF



Instrumento de alteração e consolidação
do Estatuto Social da Associação dos
Distribuidores de Insumos Agrícolas de
Formosa-GO - ADIF

A Associação dos Distribuidores de
Insumos Agrícolas de Formosa-GO –
ADIF, com sede na BR 020 KM 6 Via
Secundária 4 Lote 42, DAIF - Distrito
Agro Industrial de Formosa- FORMOSA-
GO, CEP: 73.800-000, inscrita no CNPJ
sob o nº 05.131.062/0001-56,
devidamente registrada no Cartório de
Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e
Documentos e Protestos, sob o nº 926 do
Livro A 3 às fls 189/verso, conforme ata
da Assembleia Geral Extraordinária do

Gonçalves Mendes da Silva
NAP/GO 20.472



A handwritten signature, possibly 'H', with a horizontal line extending to the right.



dia 26 de Agosto de 2013, resolve na melhor forma de direito alterar o seu Estatuto Social e aqui apresentar a sua consolidação nos termos abaixo expostos:

ESTATUTO SOCIAL



ASSOCIAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES DE INSUMOS
AGRÍCOLAS DE FORMOSA-GOIÁS

Genozzi Mendes do S.
OAB/GO 20.878

ADIF



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES DE INSUMOS AGRÍCOLAS DE FORMOSA-GOIÁS



CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, ÁREA DE AÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1º. É instituída ADIF, Associação dos Distribuidores de Insumos Agrícolas de Formosa-Goiás. Originária de movimento espontâneo entre os revendedores de Insumos Agrícolas da Região de Formosa, estado de Goiás.

Artigo 2º. A Associação reger-se á pelo presente Estatuto e Leis que lhe forem aplicáveis.

Artigo 3º. A Associação é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com área de ação, para efeito de admissão de associados abrangendo todos os municípios circunvizinhos a Formosa.

§ Único: A Associação terá como sede, Av. Brasília nº 1358 B- Bairro Formosinha-Formosa-GO

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Artigo 4º. A Associação é órgão coordenador das atividades das filiadas, tendo, entre outras, a seguinte finalidade: representá-las de forma que nos desdobramentos dos respectivos programas ou planos de ação possa alcançar, isoladamente ou em conjunto, maiores benefícios para seus associados.

§ único: No cumprimento do seu programa de ação a Associação se propõe:

- I. Promover a defesa econômica e social das filiadas, podendo, para tanto, importar, exportar, pleitear financiamentos, propor ou sugerir ao poder público medidas que visem incentivos fiscais ou tributários.
- II. Propugnar pela adoção de Leis e Regulamentos que facilitem o aperfeiçoamento e progresso do setor.
- III. Viabilizar politicamente os projetos de interesses da classe.

Genezi Mendes do S.
OAB/GO 20.678



- IV. Manter um serviço informativo sobre assuntos de interesse geral, baseado em elementos fornecidos por fontes especializadas no comércio maiores segurança para as transações comerciais no que diz respeito à concessão de crédito aos clientes;
- V. Amparar as filiadas em questão de interesses comuns, com medidas de real eficiência;
- VI. Representar as filiadas nos pleitos de reivindicação de direitos ou de denúncia de atividades lesivas ao interesse das mesmas;
- VII. Exercer atividades de entrosamento e conciliações em pendências envolvendo as filiadas;
- VIII. Providenciar, quando necessário, a prestação de serviços e assessoria e de suporte às filiadas mediante estrutura própria ou de terceiros;
- IX. Orientar e elaborar política de comercialização visando o uso correto de defensivos agrícolas coibindo abusos na sua utilização e zelando pela ética profissional da classe;
- X. Proporcionar a melhoria de convívio entre os revendedores de insumos através da integração da classe;
- XI. Proporcionar às filiadas e seus funcionários, atividades econômicas, culturais e desportivas, bem como assistência médica, odontológica, jurídica e outras, através de convênios e/ou a custos mais atrativos;
- XII. Criar mecanismos para que revendedoras tenham maior poder de barganha, junto às empresas fabricantes de Insumos Agrícolas;
- XIII. Coordenar, informar e agendar as atividades técnicas e sociais das filiadas (palestras técnicas, dias de campo, etc.) evitando-se assim choques de datas entre dois eventos simultâneos na região de Formosa e circunvizinhanças.
- XIV. Gerir uma Central e/ou Posto de Recebimento de Embalagens Vazias de Defensivos Agrícolas, realizando o recebimento, processamento e armazenamento das embalagens vazias de produtos fitossanitários, embalagens com sobras de agrotóxicos e produtos impróprios para uso revendidos por seus associados, retornadas pelos produtores rurais e demais consumidores finais, mantendo-as até a retirada pela indústria fabricante para destinação final, cumprindo com as obrigações impostas pela Lei nº 7.802/89 e pelo Decreto nº 4.074/2002.

Artigo 5º. A Associação será dirigida pelos seguintes órgãos:

- I. Assembleia Geral
- II. Diretoria Executiva
- III. Conselho Fiscal



§ 1º. O exercício de qualquer das funções requeridas para funcionamento dos órgãos referidos neste artigo não será remunerado.

Assinatura do Presidente da Associação
20/07/2010

§ 2º. É vedado o exercício cumulativo de cargos, ressalvada a participação na Assembleia Geral.



CAPÍTULO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 6º. A Assembleia Geral é o órgão supremo da Associação, constituída por todos os associados em pleno exercício de seus direitos.

Artigo 7º. A Assembleia Geral reúne-se ordinária ou extraordinariamente, por convocação do presidente ou mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos associados.

Artigo 8º. A convocação da Assembleia Geral é feita através de edital, afixado na sede da Associação e publicado nos veículos de comunicação disponíveis na comunidade, com antecedência de 8 (oito) dias.

Artigo 9º. A Assembleia Geral Ordinária e a Extraordinária reúne-se e delibera:

- I. – Em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) do número de associados;
- II. – Em seguida e última convocação, meia hora após, com presença mínima de 50% dos associados.

§ único: Não havendo número na segunda convocação, nos casos dos incisos II, será fixada nova data para a realização da Assembleia.

Artigo 11º. Preside a Assembleia Geral o Presidente da Associação, seu substituto legal ou qualquer associado escolhido por aclamação dos presentes.

Artigo 12º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, no decorrer do segundo semestre, para eleger a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e prestação de contas e reúne-se extraordinariamente sempre que houver necessidade.

Artigo 13º. Compete privativamente à Assembleia Geral:

- I. Reformar o Estatuto;
- II. Eleger ou destituir, a qualquer tempo, membros da Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal;
- III. Autorizar a realização de empréstimos e outras obrigações pecuniárias e constituição de garantias acaso exigidas;
- IV. Autorizar a alienação de bens móveis ou imóveis da Associação;
- V. Decidir sobre programas de trabalho e respectivos orçamentos;
- VI. Aprovação da prestação de contas da Diretoria;
- VII. Aprovação de pedidos de entrada de novos associados

Genesal Mendes do Socio
08/10 20.878



- VIII. Exoneração a pedido ou por motivos relevantes, associados do quadro social;
- IX. Fixar os valores das mensalidades e da taxa de adesão ("joia") de novos associados
- X. Aprovação de devoluções de embalagens na central e/ou posto por não associados, de maneira eventual e/ou contínua, bem como fixação do valor de contribuição eventual ou contínua a ser cobrado nestas devoluções, com objetivo de ressarcimento das despesas de recebimento, armazenamento e movimentação até o recolhimento das embalagens.



CAPÍTULO IV

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 14º. A Diretoria Executiva é composta de 1 (um) Presidente, 1 (um) Secretário, 1 (um) Tesoureiro e 2 (dois) Suplentes eleitos pela Assembleia Geral entre os associados em pleno gozo de seus direitos, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Artigo 15º. A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, por convocação do Presidente e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, também por convocação daquele.

Artigo 16º. As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas pela maioria simples dos presentes.

Artigo 17º. Compete à Diretoria Executiva:

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e outros regulamentos aprovados;
- II. Acolher quaisquer reclamações dos Associados;
- III. Executar o plano de desenvolvimento da Associação;
- IV. Encaminhar até 31 de Março, para aprovação da Assembleia Geral, relatórios anuais das atividades desenvolvidas no exercício anterior;
- V. Aprovar o quadro de pessoal administrativo da Associação;
- VI. Interpretar o presente Estatuto e decidir sobre casos omissos;

§ único: Relativamente às obrigações contraídas em nome da Associação, os diretores responsáveis, respondem solidariamente pelos prejuízos decorrentes dos seus atos, se agirem com culpa ou dolo.

Artigo 18º. Compete ao Presidente:

- I. Representar a Associação, ativa e passivamente, em juízo ou fora de dele;
- II. Proteger o patrimônio da Associação;
- III. Alienar, mediante prévia anuência da Assembleia Geral, bens móveis ou imóveis da Associação;

Genival Mendes do C.
OAB/GO 20.878



- IV. Realizar, mediante aprovação da Assembleia Geral, a contratação de empréstimos e outras obrigações pecuniárias;
- V. Receber doações;
- VI. Examinar e assinar com o Tesoureiro, balancetes mensais e balanços;
- VII. Movimentar contas bancárias e emitir cheques conjuntamente com o Tesoureiro;
- VIII. Assinar com o Secretário, as correspondências da Associação.

Artigo 19º. Compete ao Secretário:

- I. Organizar e decidir todos os assuntos da secretaria da Associação, bem como as atividades descritas no Capítulo II, Artigo 4º, Alínea XIII;
- II. Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos;
- III. Assinar com o Presidente as correspondências da Associação;
- IV. Lavrar as Atas de reuniões e manter os livros sempre atualizados.

Artigo 20º. Compete ao Tesoureiro:

- I. Responder pela guarda dos valores e títulos da Associação;
- II. Movimentar e controlar contas bancárias e emitir cheques conjuntamente com o Presidente;
- III. Assinar com o Presidente balancetes mensais, balanços e contratos de empréstimos;
- IV. Substituir o Secretário em suas ausências ou impedimentos.

Artigo 21º. Aos Suplentes cabem substituir quaisquer membros da Diretoria Executiva em caso de afastamento de seus substitutos legais.



CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 22º. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral dentre sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de 2 (dois) anos.

§ único: O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o seu Presidente e o secretário.

Artigo 23º. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, para examinar as contas da Diretoria Executiva e emitir parecer, que será assinado por todos os seus efetivos.

Artigo 24º. Compete ao Conselho Fiscal:

Genesio Mendes do ...
20.878

- I. Fiscalizar todo movimento financeiro da Associação quer receita quer despesas;
- II. Verificar se os livros contábeis, fiscais e sociais exigidos pela legislação específica, estão sendo bem cuidados;
- III. Fazer relatórios circunstanciados de qualquer, perícia levada a efeito, encaminhando-o ao Presidente da Diretoria Executiva.
- IV. Examinar a procedência dos motivos alegados pela Diretoria para recusar pedidos de inscrição de associados;
- V. Convocar Assembleia Geral se constatar motivos graves e urgentes.

CAPÍTULO VI

DOS ASSOCIADOS

Artigo 25º. Poderão associar-se a ADIF, as pessoas jurídicas de direito privado do ramo de insumos, máquinas e equipamentos agropecuários desde que seja de interesse da classe e preencham os seguintes requisitos:

- I. Manifestarem seu desejo de vincular-se à Associação preenchendo a correspondente proposta de inscrição;
- II. Tenham seu pedido de inscrição aprovado;
- III. Pagarem a contribuição mensal prevista no Artigo 27, alínea IV a partir do mês de inscrição.
- IV. Paguem a taxa de adesão("jóia")

CAPÍTULO VII

DOS PODERES E DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Artigo 26º. Os associados, quites com a Tesouraria da Associação em pleno gozo das regalias que lhes assegurem este Estatuto, tem os seguintes direitos:

- I. Votar e ser votado nas eleições para membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- II. Usufruir de todos os serviços oferecidos pela Associação;
- III. Recorrer de qualquer promoção levada a efeito pela Associação;
- IV. Participar de qualquer promoção levada a efeito pela Associação;
- V. Oferecer sugestões;
- VI. Requerer a convocação da Assembleia Geral, em caráter extraordinário, necessitando da assinatura de 1/3 (um terço) dos associados;
- VII. Solicitar a demissão do quadro associativo, caso julgar conveniente;
- VIII. Indicar em suas notas fiscais como local de devolução das embalagens vazias de defensivos agrícolas comercializadas aos seus clientes a central/posto geridos pela Associação

Genival Mendes da S.
OAB/GO 20.878



Artigo 27º. Os sócios tem as seguintes obrigações:

- I. Cumprir o Estatuto, os Regulamentos e as Disposições da Associação;
- II. Exercer os cargos para os quais foram eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados;
- III. Colaborar com as iniciativas da Associação;
- IV. Pagar a contribuição mensal fixada pela Assembleia Geral até o último dia do mês de competência.
- V. Praticar em suas atividades o Código de Ética vigente

Artigo 28º. O sócio que, de alguma forma, infringir as disposições desse Estatuto ou normas e regulamentos da Associação fica sujeito às seguintes sanções, a critério da Diretoria Executiva:

- I. Advertência, sempre por escrito e em caráter reservado;
- II. Suspensão de um a doze meses;
 - a) Os reincidentes em infração punida com advertência;
 - b) Os que estejam em atraso, em 2 trimestres no pagamento das contribuições pecuniárias;
- III. Exclusão:
Os reincidentes em infração punida com suspensão.



§ 1º. As sanções previstas nesse artigo serão aplicadas pela Diretoria Executiva, delas cabendo recurso à Assembleia Geral,

§ 2º. A apresentação de recurso não terá efeito suspensivo;

§ 3º. A pena de suspensão não isenta o associado de suas obrigações;

§ 4º. Nos casos de demissão ou exclusão do associado, este não terá direito a qualquer restituição das contribuições pagas, indenizações ou ainda rateio do patrimônio.

CAPÍTULO VIII

DAS ELEIÇÕES

Artigo 29º. A eleição para membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta.

Artigo 30º. Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos dos sócios presentes às eleições.

Genesio Mendes de
OAB/GO 20.678

Handwritten signature/initials.

Handwritten signature/initials.



CAPÍTULO IX

DA RECEITA

Artigo 31º. Constituem-se receitas da Associação:

- I. Contribuições pagas pelos associados;
- II. Doações pagas pelos associados;
- III. Outras receitas.

CAPÍTULO X

DOS EMPREGADOS

Art 32º Para execução dos serviços administrativos, técnicos e operacionais da central e/ou posto gerido pela Associação, poderá admitir empregados julgados necessários pela Diretoria Executiva.

§ 1º Os empregados serão admitidos, dispensados e advertidos/punidos por atos do Presidente da ADIF

§ 2º O cargo e atribuições de cada funcionário será definido pela Diretoria Executiva, seguindo a CLT

CAPÍTULO XI

DO PATRIMÔNIO

Artigo 33º. O patrimônio da Associação é constituído de valores e bens de qualquer natureza, recebidos em doações ou por ela adquiridos.

§ 1º. Em caso de extinção da Associação, seu patrimônio será destinado:

- a) Uma nova instituição que venha substituí-la
- b) Rateio proporcional ao Associados ativos na proporção direta das contribuições pagas.

§ 2º. O patrimônio da associação é de uso exclusivo dos seus associados em pleno exercício de seus direitos e deveres.

§ 3º. Os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Associação.

§ 4º. A extinção da Associação se dará por decisão da Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

Artigo 34º. A associação manterá os seguintes livros:

Geneci Mendes de S.
OAB/GO 20.678



- I. Livro de Matrícula de Associados;
- II. Livro de Atas de Assembleia Geral/Diretoria;
- III. Livro de Atas Conselho Fiscal;
- IV. Livro de Presença Dos Associados em Reuniões e Assembleias Gerais;
- V. Livro de Registro de Chapas de Eleições;
- VI. Outros que forem exigidos por lei ou pela Diretoria.

§ único: No livro de ficha de matrícula, os associados serão inscritos pro ordem cronológica de admissão e dele deverão constar:

- a) Qualificação da empresa, seu representante legal ou substabelecido junto a Associação;
- b) A data de sua admissão e quando for o caso de sua demissão ou exclusão;
- c) O controle de pagamentos de suas contribuições mensais.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

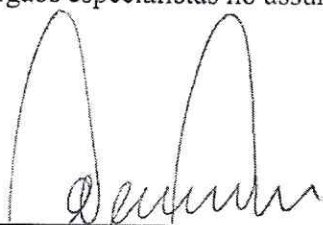
Artigo 36º. O mandato dos membros da 1ª Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal expirar-se-á data da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária de 2003.

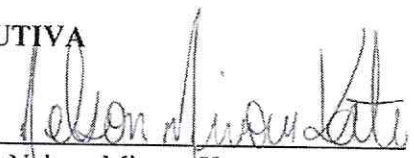
Artigo 37º. A saída do associado por exclusão, conforme o disposto no artigo 28 inciso III ou por sua própria vontade não dará a este nenhum direito de receber ressarcimento da taxa de adesão ("joia"), mensalidades, contribuições ou ainda rateio sobre o patrimônio da associação.

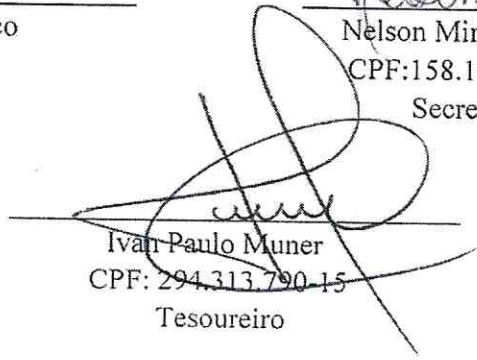
§ 1º : É permitida a transferência da cota de uma empresa associada a outra que venha lhe suceder, desde que mantenha sócio(s) comum(s), constante(s) do contrato social e desde que aprovada pela Assembleia Geral.

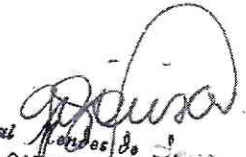
Artigo 38º. Os casos omissos serão decididos pela Assembleia Geral, após ouvidos os órgãos especialistas no assunto e de acordo com a legislação vigente no País.

DIRETORIA EXECUTIVA


Marcelo Pereira Franco
CPF: 574.548.926-04
Presidente


Nelson Minoru Kato
CPF: 158.143.748-02
Secretário


Ivan Paulo Muner
CPF: 294.313.790-15
Tesoureiro


Genesio Mendes do Souza
OAB/GO 20.678





ADIF – ASSOCIAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES DE INSUMOS AGRÍCOLAS DE FORMOSA - GO
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JANEIRO DE 2022

Data, hora e local: realizada no dia 14 de janeiro de 2022, em formato virtual pela plataforma ZOOM em virtude da pandemia Covid-19.

Participantes:

Izadora Mendes (Líderagro)

Eduardo Baron (Tchê)

Rafael Amorim (Nativa)

Rafael Fernandes de Lima (Araguaia)

Adilson Castro (Triunfo)

Nelson Minoru Kato (Agrobrasil)

Sérgio Edilberto Zimmermann (Charrua)

Mesa: Izadora Mendes – Presidente. Eduardo Baron – Secretário. Rafael Amorim – Tesoureiro.

Ordem do dia: aberto os trabalhos, verificado o quórum de presença conforme lista de presença e validamente instalada a presente assembleia, foi lida a pauta e deliberado conforme segue:

1. Panorama geral da Associação

Apresentação feita por Márcio abordando o dia a dia da associação nos últimos 2 anos.

2. Prestação de Contas

Aprovadas por unanimidade.

Solicitação de acesso a conta por mais 30 dias durante a transição entre diretorias.

3. Eleição da diretoria para o Biênio 2022 e 2023.

Foi inscrita chapa única composta conforme abaixo:

Presidente: Eduardo Baron

Secretário: Rafael Fernandes de Lima

Tesoureiro: Rafael Amorim

Suplente: Álvaro de Martini

Suplente: Mardey Roberto de Sousa

Conselho Fiscal: Sérgio Edilberto Zimmermann, Adilson Castro, Nelson Minoru Kato

CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS
E DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE INSTÂNCIA
Rua Herculano Lobo, 131 - Centro - CEP: 73.801-260
Tel.: (61) 3631-2511 - E-mail: Clarival de Miranda Filho - Tabelião
01682201133123730660002 Consulte extrajudicial: tjgo.jus.br

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Protocolo nº 37.898 - Registro nº 4.988
Livro A-058 - Folha 122/123
Formosa-GO, 17 de janeiro de 2022.


Marcelo Augusto Versiani de Miranda - Oficial





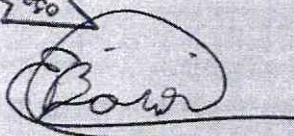
Foi eleita por unanimidade dos presentes a chapa única apresentada sendo a mesma empossada para o biênio 2022/2023 na assinatura desta ata.

Nada mais tendo a tratar foi encerrada a assembleia tendo esta ata assinada pela diretoria e pelos eleitos.


Izadora Mendes de Souza Amorim
Presidente


Eduardo Brito Baron
Secretário


Rafael Amorim
Tesoureiro


Eduardo Brito Baron
Presidente Eleito


Rafael Fernandes de Lima
Secretário Eleito


Rafael Amorim
Tesoureiro Eleito



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE GOIÁS

1ª Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis de Formosa - GO
CNPJ: 20.099.599/0001-00 - CNRG: 02.679-9 - Fone: (61) 3632-1088 / 10
Títular: José Túlio Valadares Reis Júnior

RECONHECIMENTO

Reconheço por **AUTENTICIDADE** as assinaturas de **EDUARDO BRITO BARON**, Dou. Fe. Formosa-GO, 17 de janeiro de 2022. Selo Digital: 04172201113258924300324


Pedro Henrique dos Santos Ataíde - Escrevente

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE GOIÁS

1ª Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis de Formosa - GO
CNPJ: 20.099.599/0001-00 - CNRG: 02.679-9 - Fone: (61) 3632-1088 / 10
Títular: José Túlio Valadares Reis Júnior

RECONHECIMENTO

Reconheço por **AUTENTICIDADE** as assinaturas de **RAFAEL AMORIM DA SILVA**, Dou. Fe. Formosa-GO, 17 de janeiro de 2022. Selo Digital: 04172201113258924300320


Pedro Henrique dos Santos Ataíde - Escrevente

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE GOIÁS

1º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis de Formosa

CNPJ: 20.098.598/0001-00 - CNS: 02.878-9 - Fone: (61) 3632-1033

Titular: José Túlio Valsdarek Reis Júnior

RECONHECIMENTO

Reconheço por **AUTENTICIDADE** a assinatura de **RAFAEL FERNANDES DE LIMA** Doc. Fº Formosa-GO, 17 de janeiro de 2022. Selo Digital: 04172201133258924300330

Pedro Henrique dos Santos Almeida - Escrivão

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO



CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

Rua Herculano Lobo, 131 - Centro - CEP: 73.801-260

Tel.: (61) 3631-2811 - Bel. Clarival de Miranda Filho - Tabelião

01662201133123730660002 Consulta: tjgo.jus.br/selo

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Protocolo nº 37.696 - Registro nº 4.988

Livro A-059 - Folha 122/123

Formosa-GO, 17 de janeiro de 2022.

Marcelo Augusto Versiani de Miranda - Oficial



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA
LEI Nº 128/99-JGP, DE 16 DE MARÇO DE 1999.

**"Estabelece requisitos para
reconhecimento da utilidade pública
municipal e dá outras providências."**

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA, ESTADO DE GOIÁS, aprovou, e eu, **JAIR GOMES DE PAIVA**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - São requisitos para o reconhecimento de utilidade pública municipal, para entidades, associações e fundações que o pretendam:

- a) - Possuir registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Formosa-Go e estar regularmente inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda.
- b) - Deverá desde a sua fundação e registro a que alude a alínea anterior, possuir no mínimo 01(um) ano de funcionamento.
- c) - Não possuir fins lucrativos e os quadros de sua diretoria não perceberem remuneração.
- d) - Prestar relevantes serviços à comunidade, em especial à população.
- e) - Estar rigorosamente quites com suas obrigações fiscais municipais.

Art. 2º - A proposição legislativa que pretender o reconhecimento e emissão de Certificado de utilidade Pública Municipal, deverá apresentar os documentos comprobatórios dos requisitos aqui especificados.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

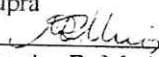
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Formosa, Gabinete do Prefeito, em 16 de
março de 1999.

JAIR GOMES DE PAIVA
Prefeito Municipal

Afixado no "placard" de publicidade.
E encadernado em livro próprio.

Data supra


Mara Cristina A. R. Muniz
Dir. Diretoria de Legislação e Documentação



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE FORMOSA

LEI N.º 557/12, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012.

Altera a "Letra b" do Artigo 1º da Lei nº 128/99-JGP e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Formosa, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Letra b, do Art. 1º passa a vigorar como a seguinte redação:

Art. 1º -.....

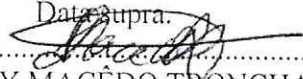
- a) Possui registro no Cartório de Registro de títulos e Documentos de Formosa-GO e estar regulamente inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda.
- b) Deverá desde a sua fundação e registro a que alude à alínea anterior, possuir no mínimo 06 (seis) meses de funcionamento.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Formosa, Gabinete do Prefeito, em 17 de fevereiro de 2012.


PEDRO IVO DE CAMPOS FARIA
PREFEITO MUNICIPAL

Afixado no "placard" de publicidade.
E encadernado em livro próprio.

.....
Data supra.

IANY MACÊDO TRONCHA
Superintendente de Legislação e Documentação



Ofício nº 22/22

Formosa, 14 de fevereiro de 2023

Excelentíssimo Senhor Gustavo Marques,
Prefeito de Formosa

Projeto de lei para tornar a ADIF uma Entidade Pública

A Associação dos Distribuidores de Insumos de Formosa (ADIF), entidade sem fins lucrativos, com sede na Rodovia BR 020, via secundária 4, km 6, lote 42, Distrito Agroindustrial de Formosa, vem através deste ofício justificar o pedido para se tornar Entidade Pública.

- Anualmente recebemos mais de 350 mil quilogramas de embalagens vazias dos produtores rurais da região. Em nossa unidade fazemos a triagem para que o INPEV recolha para o destino de cada tipo de embalagem, reciclando 93% das embalagens recebidas.

-O Brasil é um exemplo a nível mundial no que chamamos de logística reversa, recolhendo em torno de 94% das embalagens agropecuárias colocadas no mercado segundo o INPEV.

-Por esses motivos solicitamos considerar a ADIF como Entidade Pública para obter benefícios fiscais, convênios com outras entidades para fortalecer a associação e promover o Desenvolvimento Social e Ambiental em nossa região.

Eu, Eduardo Brito Baron, presidente da ADIF, agradeço a oportunidade de trazer o assunto para a pauta e me coloco a disposição para eventuais dúvidas.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'E. Baron', is written over a horizontal line.

Eduardo Brito Baron

Presidente da ADIF

Contato: eduardobaron@tcheagricola.com.br

Telefone: 061-99647-3051

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.131.062/0001-56 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 05/06/2002	
NOME EMPRESARIAL ADIF ASSOCIACAO DOS DISTRIBUIDORES DE INSUMOS AGRICOLAS DE FORMOSA GOIAS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.11-1-00 - Atividades de organizações associativas patronais e empresariais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO ROD BR 020, VIA SECUNDARIA 4		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 06 LOTE 42
CEP 73.801-010	BAIRRO/DISTRITO DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE FORMOSA	MUNICÍPIO FORMOSA	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO ADIF.UREFORMOSA@GMAIL.COM		TELEFONE (61) 3631-2315	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 17/03/2023 às 15:11:38 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA
SECRETARIA DA FAZENDA
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO
NÚMERO 30611 / 2023

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de arrecadação da Secretaria da Fazenda do Município, CONSTA(M), até a presente data, a(s) seguinte(s) pendência(s) fiscal(is) e débito(s) com exigibilidade suspensa em nome do(a) Imóvel abaixo indicado(a):

I - Identificação do Imóvel

Proprietário: **ADIF ASSOCIACAO DOS DISTRIBUIDORES DE INSUMOS AGRICOLAS DE FORMOSA**
CNPJ: **05.131.062/0001-56**
Inscrição Municipal: **1.417.00003.00042.8**
Matrícula:
Protocolo: **35692**
Endereço: **SECUNDARIA 04, QD: 003, LT: 042, NR: S/N, CEP: 73.800-000, DISTRITO AGRO-INDUSTRIAL**
Cidade: **FORMOSA - GO**

II - Identificação de Débito ou Pendência Fiscal

Origem / Natureza

RECEITA IPTU - REPACTUACAO

Ficam ressalvadas os direitos da PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA, por quaisquer omissões ou irregularidades verificadas posteriormente.

Sector de cadastro e informações fiscais da Secretaria da Fazenda do Município.

Chave eletrônica de identificação: **Sff1\$Z58teX**

Data Validade: **29/04/2023**

Número Via: **1**

Data Emissão: **30/03/2023**

Usuário: **FELIPE DUTRA SANTANA BARRETO**




Felipe Dutra Santana Barreto
Prefeitura Municipal de Formosa-GO
Departamento de Arrecadação